

Governo detalha bloqueio no Orçamento de 2026

No total, R\$ 17,94 bilhões seguem congelados para cumprir o limite de crescimento das despesas, previsto no arcabouço fiscal

/ CONTAS PÚBLICAS

O governo federal publicou, na noite de quinta-feira o decreto que detalha a programação orçamentária após o desbloqueio de R\$ 5,74 bilhões em despesas do Orçamento de 2026, conforme divulgado na semana passada pelos ministérios do Planejamento e da Fazenda.

Na Avaliação de Receitas e Despesas feita no segundo bimestre do ano, havia sido bloqueado um total de R\$ 23,7 bilhões.

Ao todo, R\$ 17,94 bilhões seguem bloqueados para cumprir o limite de crescimento das despesas previsto no arcabouço fiscal, dos quais R\$ 3,77 bilhões incidem sobre as emendas parlamentares e o restante, R\$ 14,17 bilhões, recai em despesas discricionárias (não obrigatórias, como custeio e investimento) da Presidência da República, dos ministérios e demais órgãos públicos.

No caso das emendas, houve uma liberação de R\$ 1,2 bilhão (estavam bloqueados até o

bimestre anterior aproximadamente R\$ 6,7 bilhões em emendas). Já R\$ 4,54 bilhões do Poder Executivo foram liberados (estavam bloqueados R\$ 18,71 bilhões anteriormente).

Não há contingenciamento de recursos para atingir a meta fiscal de 2026, pois não houve frustração de receitas. O alvo do ano é um superávit primário de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) - R\$ 34,3 bilhões -, com um piso de tolerância de déficit zero.

O governo diz que cumprirá a meta com um superávit de R\$ 10,8 bilhões. Como algumas despesas não são contabilizadas no cálculo da meta, na prática, o Executivo fechará o ano com um déficit real de R\$ 52 bilhões nas contas públicas.

Na revisão, a maioria dos órgãos registrou redução ou manteve o patamar de contenção inalterado. As pastas mais beneficiadas pelo desbloqueio foram Cidades (R\$ 1,2 bilhão liberado) e Transportes (R\$ 1,016 bilhão), mas elas seguem entre as cinco



RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL

Alvo do ano é um superávit primário de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB)

mais atingidas.

Os órgãos terão até 6 de agosto para indicar as programações que serão efetivamente bloqueadas. Em relação às emendas parlamentares, o processo de distribuição da contenção segue regras e prazos próprios, podendo haver ajustes conforme a priorização do Poder Legislativo.

Além da distribuição do blo-

queio, o decreto mantém o faseamento do limite de empenho (o ato de separar para gastar) das despesas do Poder Executivo, estabelecendo uma restrição de empenho da ordem de R\$ 29,5 bilhões até novembro, nas dotações discricionárias do Executivo. Não há previsão de faseamento de emendas parlamentares ou de despesas dos outros Poderes.

**Pelo bloqueio atual,
os ministérios
mais afetados pela
contenção foram:**

- ▶ **Ministério da Defesa**, com R\$ 4,344 bilhões bloqueados
- ▶ **Ministério das Cidades**, com R\$ 1,847 bilhão
- ▶ **Ministério da Educação**, com R\$ 1,325 bilhão
- ▶ **Ministério da Saúde**, com R\$ 1,002 bilhão
- ▶ **Ministério dos Transportes**, com R\$ 592,9 milhões

Não sofreram bloqueio os orçamentos de três ministérios:

Da **Justiça e Segurança Pública**, do **Trabalho e Emprego** e da **Previdência Social**, assim como a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a Agência Nacional de Mineração (ANM) e a Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA).

Dívida Bruta do Governo Geral sobe a 81,9% do PIB em junho, aponta Banco Central

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) aumentou de 81,0% em maio para 81,9% em junho, informou o Banco Central. Em valores nominais, passou de R\$ 10,622 trilhões para R\$ 10,809 trilhões. O pico da série foi em dezembro de 2020 (87,6%), devido às medidas fiscais do início da pandemia de Covid-19.

No nível mais baixo, em de-

zembro de 2013, a dívida bruta chegou a 51,5% do PIB.

Pelo conceito do Fundo Monetário Internacional (FMI), a DBGG subiu de 94,2% do PIB em maio para 95,8% no mês passado.

A DBGG que abrange o governo federal, os governos estaduais e municipais, excluindo o BC e as empresas estatais é uma das referências para avaliação, por parte das agências globais de classifica-

ção de risco, da capacidade de solvência do País. Na prática, quanto maior a dívida, maior o risco de calote por parte do Brasil.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) que leva em conta as reservas internacionais do Brasil aumentou de 67,9% do PIB em maio para 68,5% em junho. Em reais, atingiu R\$ 9,034 trilhões.

Já o setor público consolidado - União, estados, municí-

pios e empresas estatais - teve déficit primário de R\$ 55,3 bilhões em junho de 2026, segundo o BC. Em junho do ano anterior (2025), o déficit estava em R\$ 47,1 bilhões.

No acumulado de 12 meses, o déficit do setor público consolidado chegou a R\$ 157,2 bilhões, o que equivale a 1,19% do PIB. O resultado foi 0,06 p.p. (ponto percentual) acima do déficit acumulado regis-

trado em maio. Os gastos do setor público consolidado com juros nominais ficaram em R\$ 110,7 bilhões em junho, ante R\$ 61,0 bilhões registrados em junho de 2025.

“Contribuiu para o crescimento a evolução desfavorável do resultado das operações de swap cambial no período (ganho de R\$ 20,9 bilhões em junho de 2025 e perda de R\$ 9,3 bilhões em junho de 2026)”, detalhou o BC.

Apoiadores 2026:

